

OS PROBLEMAS COM A CRÍTICA DE MARKUS GABRIEL AO NATURALISMO E FISCALISMO

[THE PROBLEMS WITH MARKUS GABRIEL'S CRITICISM OF NATURALISM AND FISCALISM]

Leonardo Domingos Braga da Silva¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO: Este artigo analisa criticamente os argumentos de Markus Gabriel contra o naturalismo e o fiscalismo, sustentando que sua crítica se baseia em uma caracterização equivocada e redutora de suas posições-alvo. Primeiramente, examina-se o argumento central de Gabriel para a inexistência do mundo, que postula que o conceito de uma totalidade onicompreensiva leva a paradoxos de autorreferência. Em seguida, o artigo mostra que a ofensiva de Gabriel contra o fiscalismo se concentra quase exclusivamente em uma versão do fiscalismo de identidade de tipos, ignorando as formulações mais robustas e dominantes, como o fiscalismo de superveniência, de realização ou de fundamento (grounding), que possuem mais resistência a muitas de suas objeções. Argumenta-se que Gabriel infere ilegitimamente a impossibilidade de hierarquias ontológicas a partir da tese lógico-semântica kantiano-fregeana de que a existência não é um predicado de primeira ordem. Não obstante, defende-se Gabriel de críticas que o reduzem a um obscurantista ou negacionista científico e em contrapartida, e argumenta-se, brevemente, que um naturalismo não-reducionista é não apenas defensável, mas pressuposto metafísico para a prática científica, evitando tanto as críticas de Gabriel quanto as armadilhas de um cientificismo ingênuo.

PALAVRAS-CHAVE: Markus Gabriel; Novo Realismo; Naturalismo; Fiscalismo; Ontologia

ABSTRACT: This paper critically examines Markus Gabriel's arguments against naturalism and physicalism, arguing that his critique rests on a mistaken and reductive characterization of the target positions. First, it analyzes Gabriel's central argument for the nonexistence of the world, which claims that the concept of an all-encompassing totality leads to paradoxes of self-reference. Next, the article demonstrates that Gabriel's attack on physicalism focuses almost exclusively on a version of type-identity physicalism, neglecting more robust and currently dominant formulations such as supervenience physicalism, realization physicalism, or grounding physicalism, which are more resistant to many of his objections. It is argued that Gabriel illegitimately infers the impossibility of ontological hierarchies from the Kantian-Fregean logical-semantic thesis that existence is not a first-order predicate. While defending Gabriel against criticisms that portray him as an obscurantist or scientific denier, the article contends, in turn, that a non-reductionist naturalism is not only defensible but necessary as a metaphysical presupposition of scientific practice, thus avoiding both Gabriel's critiques and the pitfalls of a naïve scientism.

KEYWORDS: Markus Gabriel; New Realism; Naturalism; Physicalism; Ontology

Markus Gabriel propõe uma ontologia radical que afirma, de modo provocador, que tudo existe, exceto o mundo. Ele recusa a fusão entre ontologia e lógica formal, alegando que a existência não é captável por quantificadores nem redutível ao aparato conceitual da teoria dos conjuntos.

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPGFIL/UFRN. E-mail: leonardexistimans@live.com

Essa crítica culmina em seu antinaturalismo explícito: ao negar que a totalidade da realidade se reduza à natureza (regida por leis naturais), ele defende que a cognição obedece antes às normas da verdade do que à causalidade física. Seu exemplo é incisivo: o conteúdo verdadeiro *estou escrevendo esta frase* não pode ser reduzido ao estado físico-corporal do sujeito que o pensa. Com isso, Gabriel busca reinstaurar uma ontologia pluralista e antideterminista, rompendo com os fundamentos do naturalismo contemporâneo. Ele afirma:

Depending on your preferred concrete conception of what metaphysics does and studies, you will hear my negative existential assertion – that the world does not exist – differently. For some, I will deny that there is a unified entity, which goes by the names of ‘the world’, ‘reality’, or maybe even ‘nature’. For others, I will deny that there is a unified domain of facts, the single all-encompassing ‘sphere of objects’ unified by some conceptual operation or other. For yet another group, I will deny that there is absolutely unrestricted quantification or that the stipulation of an absolutely unrestricted universal quantifier has any meaning. For the latter group, I will give somewhat detailed arguments to that effect, which vary in scope and impact, as I do not only deny that there is unrestricted quantification full stop, but more particularly argue that even if there were unrestricted quantification in some sense, this would not lead to any increase of knowledge in either metaphysics or ontology. I do not believe that existence is relevantly tied to quantification at all. I reject the idea that the meaning of ‘existence’ can be fully or relevantly captured by the language of quantification. I also reject the idea that existence is relevantly bound up with the concepts we use in order to understand or practice set theory. Existence is just not a particularly mathematical or logical concept, as there are vague and messy objects of all kinds, and also incomplete objects, like half a cake, that do not immediately fit the bill of the idea of discretely individuated objects spread out in a domain independent of any human activity. (Gabriel, 2015, p.8)

Aqui vemos uma negação multifacetada da existência do mundo, operando como uma crítica demolidora a três pilares da metafísica tradicional e analítica: o monismo ontológico, a totalidade dos fatos e, mais crucialmente, a centralidade da quantificação para o conceito de existência. Essa negação do mundo se conecta com sua posição antinaturalista, pois, afirma: “It does not make sense to unify reality by identifying it with nature as governed by the laws of nature. Our capacity to think about thinking simply does not follow the laws of nature, but the norm of truth and the laws of being-true.” (2015, p.39) o que ele demonstra de forma intuitiva e banal: “If I think the true thought that I am currently writing this sentence on my computer, the stability of the thought cannot be identical with the fact that some parts of my body are in a particular state.” (2015, p. 39).

Um primeiro problema que já podemos observar aqui é que ele está atacando apenas um fisicalismo de identidade, mas existem outras formas, como abordarei adiante. Vejamos primeiro os argumentos contra o mundo e em seguida as críticas ao naturalismo, sem com isso pretender esgotar as discussões sobre o autor, mas contribuir para uma apreensão crítica de sua obra que chama atenção para possíveis pontos de sua argumentação carentes de aperfeiçoamento.

1. OS ARGUMENTOS CONTRA O MUNDO

O principal argumento de Markus Gabriel acerca do mundo é que ele sequer é pensável sob pena de paradoxo “Thus, if we think about the world, what we grasp is something different than what we want to grasp. We can never grasp the whole. It is in principle too big for any thought. [...] Rather, the world cannot in principle exist because it is not found in the world.” (2015b, p.12). Para demonstrar isso, ele se vale como primeiro esboço do argumento, de um paradoxo das listas de tudo: se imaginarmos uma lista de todos os fatos do mundo, essa lista em si seria um fato dentro desse mundo, alterando-o; isso sugeriria que a tentativa de apreender a totalidade dos fatos leva a paradoxos ou a um regresso infinito.

A segunda formulação desse argumento, mais elaborada, já recorre à sua própria teoria, segundo a qual existir significa aparecer em um campo de sentido (um domínio com suas próprias regras de constituição objetivas e não algo mental); e aparecer significa, para o autor, algo próximo da noção fregeana de modos de apresentação (com o acréscimo de que as condições de aparecimento são ontologicamente anteriores ao aparecimento empírico e por isso dizem respeito a própria coisa mais do que ao sujeito); além disso, um campo de sentido pode ser também um objeto (algo que pensamos com *truth-apt thoughts*), ou seja, aparecer em outro campo de sentido. Mais detalhes da ontologia em questão não parecem relevantes para o argumento que se segue contra o mundo: a) se o mundo é o campo de sentido no qual todos os outros campos de sentido aparecem; b) então, o mundo também aparece em um campo de sentido, ou seja, ele deve aparecer em si mesmo; c) isso leva a uma autorreferência análoga ao paradoxo da lista. Portanto, para ele se o mundo aparece, ele aparece em um campo, mas o único campo capaz de conter tudo é o próprio mundo; então, ele aparece em si mesmo, o que gera uma duplicação e, por fim, uma contradição. Por isso ele não aceita que o mundo seja sequer pensável e acredita que não estamos nos referindo a nada ao falar sobre ele, pois seria necessário um super-pensamento que contesse a si mesmo mas que faria parte da totalidade que ele deveria pensar.

Levanto algumas objeções a esse argumento, pois depende de vários pressupostos não explicitados nem justificados, que precisam ser trazidos à tona: a) aparecer implica diferenciação - algo só aparece se for distinto do campo onde aparece; b) auto-aparição implica duplicação - ou seja, o mundo que aparece e o mundo no qual ele aparece não são idênticos; c) tal duplicação é logicamente contraditória ou ontologicamente inválida; d) a ontologia deve ser livre de contradições locais, pois contradições indicam não existência. Além de ser possível criticar esses pressupostos, o principal ponto problemático é que Gabriel trata toda autoreferência como logicamente inválida, mas isso é um pressuposto ontológico forte, não uma dedução; a menos que se assuma de antemão que toda identidade exige fundacionalismo estrito, o que já é uma tese metafísica substancial, e não uma conclusão.

Além disso, o argumento de Gabriel para a não existência do mundo

repousa sobre a geração de um paradoxo de auto-referência em teoria de conjuntos. Contudo, este tipo de paradoxo foi diagnosticado, e teve propostas de solução que Gabriel não trata, há mais de um século. A solução de Zermelo (1908), posteriormente refinada na axiomática ZFC, bloqueia este tipo de movimento ao proibir a formação de totalidades irrestritas ao postular que todo conjunto é fundado. O equivalente do que, em teoria de conjuntos (que não podemos aprofundar pois foge de nosso domínio) é chamado axioma da fundação ou regularidade, que postula que um conjunto não pode ser membro de si mesmo; mas esse axioma é dispensável para o funcionamento da teoria de conjuntos: o *átomo de Quine*, por exemplo, é um conjunto cujo único elemento é ele mesma; também o axioma da antifundação elabora uma teoria de conjuntos que rejeita o axioma da fundação e permite conjuntos que contêm a si mesmos; ainda, a teoria de hiperconjuntos permite pensar conjuntos que não respeitam bem-fundação e podem conter infinitas cadeias cíclicas. Não preciso aqui, expor os detalhes dessas teorias, apenas constatar que nenhuma dessas abordagens, com potencial de solucionar o problema do mundo, é tratada por Markus Gabriel

No mais, a definição de Gabriel do mundo como campo onde todos os campos aparecem já o define como totalidade, mas depois se exige que ele mesmo apareça dentro de um campo. Isso implica aplicar a um termo as condições que ele próprio funda. Mas isso equivale a exigir que todo sistema reflexivo só exista se estiver representado por outro, por exemplo: o campo visual da visão humana é a condição de tudo que vemos e se eu olho para meu próprio olho com um espelho, não estou criando outro campo, apenas torcendo o campo reflexivamente. Além disso, se substituirmos o mundo pela caixa que contém todas as caixas, vemos que tal caixa não precisa conter a si mesma, apenas todas as caixas. Há um pressuposto, em Gabriel, de listabilidade: que a totalidade do mundo deveria se apresentar como uma enumeração finita ou completável de todos os campos de sentido. Ele exige que o mundo seja uma coleção finita de objetos localizáveis, cuja totalidade pudesse ser listada de fora ou criasse um novo fato ao ser listado. Mas isso não é demonstrado por ele como necessário nem lógico nem ontologicamente, como também não trata de como o mundo não poderia ser uma totalidade infinita, não listável, não completável, mas ainda assim positivamente existente como estrutura aberta, reflexiva, dinâmica e que pode ou não repetir indefinidamente a si mesma (como um fractal a respeito do qual não é necessário saber cada novo fato, mas somente a estrutura que se repete infinitamente).

Gabriel assume que a única forma de autorreferência ontológica é a paradoxal, modelada pela teoria (ingênua) dos conjuntos. E se a totalidade, o mundo, for um objeto intrinsecamente contraditório, como argumenta Slavoj Žižek (2013) ou mesmo o dialetismo como em Priest (2022)? Além disso, porque a autorreferência seria problemática? O caso do fractal é exemplar: a forma final de um floco de neve contém infinitas versões menores de si mesma, não por um ato de autocontenção estática, mas como resultado de um processo genético autorreferencial. A dialética, como afirma Adorno (2022) permite conceber que a totalidade *coloca* um representante de si mesma entre uma de

suas partes; pois a totalidade se realiza e se impõe através de um particular que é elevado à condição de seu representante (que poderia ser traduzido como função relacional). Também Hegel (2014) pensou a auto-referência não só como possível mas como efetiva na estrutura da consciência de si.

Poderíamos ainda dizer que Gabriel está misturando algo como o metanível e o nível-objeto: a) o que ele designa como campo de sentido do mundo poderia ser posto como metateórico; diferente das b) entidades que aparecem nele, que são de nível-objeto. Ele exige que o mundo apareça em si mesmo, mas o mundo não precisa ser um objeto qualquer, ele poderia ser postulado como a própria condição de possibilidade para que a regra ontológica funcione. O meta-nível é o domínio no qual falamos sobre os campos de sentido como tais, ou seja, quando tematizamos não um objeto no campo, mas o próprio campo, ou o conjunto de campos, como objeto de uma teoria (como o próprio Gabriel faz em sua ontologia). O erro de Gabriel é confundir a descrição da totalidade (o nosso discurso sobre o mundo) com uma condição para a existência da própria totalidade, ou seja, ele exige que o referente se comporte como um de seus signos; isso implodiria sua ontologia pois ela seria verdadeira apenas em algum(ns) campo(s) de sentido² ou ser agnóstica sobre a possibilidade de existência para além ou independente dos campos. Entendo pois, que argumento de Gabriel falha no início: a conclusão não é que o mundo não exista - apesar de ser consistente com sua premissa de que apenas objetos e campos (nos quais os objetos aparecem) existem; é que o mundo pode não ser um *campo de sentido*, e por isso sua ontologia está incompleta.³

Além desse argumento dos conjuntos, Gabriel não está disposto a aceitar que o mundo seja uma entidade transcendental ou sequer regulativa no sentido kantiano: “Kant says, and with him Habermas, that the world is a ‘regulative idea.’ This means that we presuppose a world whole [...] Habermas explicitly calls this a ‘formal-pragmatic presupposition of the world’ (2015b, p.47). Ele critica explicitamente a tradição que, de Kant a Habermas, interpreta o mundo como uma pressuposição formal-pragmática, uma totalidade apenas postulada

- 2 *Ele também diz: “Parece ser assim que, como realista, se tem preferência por um mundo sem espectadores. Negligencia-se assim facilmente, aliás, que o realismo neutral não está dependente de nenhuma imagem do mundo.” (Gabriel, 2016, p.10) quase contraditório que ele afirme uma neutralidade ao mesmo tempo que acusa os outros de busca de god’s eyes view. Algo notado por Priest (2022): a visão de mundo inexistente de Gabriel proibiria a quantificação irrestrita (falar sobre absolutamente tudo), no entanto, a própria ontologia positiva de Gabriel parece fazer alegações universais, como “tudo o que existe, existe em um campo de sentido”. Isso, segundo Priest, torna a posição de Gabriel auto-refutável ou implica que ele está comprometido com um conceito unificador que nega.*
- 3 *Poderia sugerir que o mundo, enquanto totalidade de campos de sentido, não se encontra além de cada campo, mas se realiza quando cada campo é reconhecido como momento participativo de uma totalidade lógica que se autodetermina, por exemplo, na regra de que ser é aparecer sempre em um campo de sentido.*

para fins de orientação cognitiva ou comunicativa. Para ele, uma ideia reguladora ou uma pressuposição pragmática aparecerem em um campo de sentido específico (seja o campo da filosofia transcendental, o da teoria do discurso ou da pragmática da comunicação); e ao aparecerem, elas se tornam objetos particulares, não a totalidade que deveriam fundar. O que, penso, mostraria que não podemos apreender de uma vez a totalidade com o pensamento, um problema epistêmico, não que essa totalidade não existe, o problema metafísico em que Gabriel insiste.

O argumento da inexistência do mundo é usado por Gabriel para inferir que o naturalismo é falso, pois este pressupõe justamente a existência de um mundo (natural) como totalidade ontológica inclusiva, isto é, como o todo que contém tudo o que há. Para ele, se tal totalidade não pode existir sem incorrer em contradição (por exigir que ela mesma apareça no campo que constitui), então a premissa fundamental do naturalismo colapsaria. Por isso:

Physics concerns itself not with living rooms but, at best, with physical objects in living rooms [...] living rooms are simply not found in physics, though planets are. Thus, living rooms and planets do not belong to the same domain of objects at all. A domain of objects is a domain which contains particular kinds of objects, in which rules obtain that link these objects with one another. (Gabriel, 2015b, p.23)

2. OS ARGUMENTOS CONTRA O NATURALISMO

Um dos principais motivos para a formulação da inexistência do mundo, afirma Gabriel, é poder combater o cientificismo naturalista que ele acredita ter virado senso comum:

contemporary ontology has returned to mostly materialist variations of Presocratic metaphysics with a hint of Plato and Aristotle [...] Yet, the world picture we are expected to accept from the outset uncannily resembles the age-old idea of ‘atoms in the void’ aided by the projection of quantificational structure onto the raw physical and in itself neatly individuated material. A good deal of the work that has triggered recent debates – most prominently the ontological and meta-ontological debates found in Carnap, Quine and David Lewis – is premised on the materialist idea that what there (fundamentally) is is adequately defined by physics, such that we now only need to subtract human projections from what there (fundamentally) is in order to unmask reality (2015, p.2)

Para criticar a posição naturalista ele levanta novos argumentos, além da, já analisada aqui, inexistência do mundo:

Materialists assume that memories or images are as material as brain states, although the objects about which one remembers, or which one imagines, need not be material. Admittedly, that is quite remarkable. How can one explain, for

example, that, although brain states are material, they are able to refer to non-material objects in the form of images? How can material objects, in any way, be about anything that is not material? (2015b, p.29)

Aqui ele está tratando do fenômeno da intencionalidade, ou a propriedade do pensamento ser sobre/acerca de algo. Supostamente, conforme o argumento, o materialismo sustenta que todos os estados mentais, como memórias e imagens, são, em última análise, estados materiais do cérebro (há apenas o cérebro em operação); mas seria inegável que nossos estados mentais podem se referir a objetos abstratos, como números; daí a provocação que visaria mostrar um problema para o materialismo: como pode um sistema puramente material (o cérebro) gerar uma relação com algo não-material⁴?

Na mesma linha, ele afirma que “one does not study literally everything in physics or chemistry. Anyone who wanted to set up a physical research project on Goethe’s Faust would have problems applying for external funding. This is because physics is not concerned with the content of Faust” (Gabriel, 2015b, p.24). O alvo atingido aqui não é o materialismo em geral, mas a sua vertente mais forte e reducionista, que sustenta que a física, como ciência fundamental, tem o monopólio da descrição da realidade; pois se tudo é, em última análise, físico, então a física deveria, em princípio, ter algo a dizer sobre tudo. Mas é óbvio que um físico, ao analisar a composição molecular da tinta e do papel do livro, não está acessando, e não pode acessar, o conteúdo da obra. No mesmo sentido, ele diz:

For that purpose he would have to investigate all objects and all thoughts and prove that they are material. In any case that would be intricate, and for merely temporal reasons could hardly be achieved. The amount of data to be collected would be too large. One cannot verify the claim that the thought “Only material conditions exist” is true by inspecting and checking whether all objects (and therewith all thoughts) are material. Still, how does the materialist then know that all objects are material? If he cannot tell us this, we have no reason to follow materialism. Materialism is only a metaphysical assumption, only apparently better than a random worldview because it claims to be backed up by science. But it is not. Materialism is just not a claim that can be proved by natural science. but beyond this it is simply false (2015b, p.30).

Em suma, ele está tentando mostrar que a visão científica do mundo

⁴ Gabriel também diz: “The second quite devastating problem for materialism consists in the idea that materialism itself is not material. Materialism is a theory [...] The truth of the thought cannot be identical to the fact that someone finds herself in a determinate neurological state. Or, more generally: it is completely unclear how one should imagine a materialistic concept of truth or Knowledge. For the truth of such a big theory as materialism is unlikely to be an elementary particle or consist of elementary particles” (2015b, p. 31 - 32)

confunde existência com ser acessível aos sentidos. Mas é evidente que um físico não pode estudar o conteúdo de Fausto, seria um erro categorial operar isso. O materialismo não necessariamente afirma que a epistemologia da física pode explicar tudo; afirma que a ontologia de tudo é materialmente constituída. Além disso, ele está inferindo a impossibilidade ontológica a partir de dificuldade explicativa; mas a ausência de uma teoria completa da intencionalidade não implica incoerência conceitual do materialismo.

O ataque de Gabriel atinge o fisicalismo de identidade de tipos, especificamente a tese de que cada propriedade instanciada no mundo é idêntica a uma propriedade física. A crítica da intencionalidade expõe uma impossibilidade categorial: se estados mentais como pensar sobre números primos fossem numericamente idênticos a estados cerebrais específicos, teríamos o paradoxo metafísico de uma propriedade física sendo simultaneamente sobre entidades abstratas (uma contradição ontológica que o fisicalismo de tipos pode ter dificuldade em resolver sem abandonar sua tese central de identidade estrita). Mas poderíamos argumentar que Gabriel pressupõe que objetos intencionais possuem estatuto ontológico independente, que uma teoria deflacionária da intencionalidade não precisaria assumir EX?, além disso, a impossibilidade atual de redução não implica impossibilidade em princípio e ignora projetos como o da bissemiótica de naturalizar os estados intencionais (por exemplo, em Millikan 1989).

Como mais uma evidência de que é o fisicalismo de identidade que Gabriel tem em mente, temos esta citação:

The first problem of materialism is the problem of identification. [...] it is taken for granted that we are searching for the particles of the coffee table (and not, for instance, the particles of the remote control that is lying on the coffee table). In order to do that we must recognize the existence of the coffee table, for only the coffee table leads us to its particles. The same applies to fantasies; we must recognize the existence of fantasies, and therewith non-material representational contents, in order to be able to identify the group of particles that are responsible for it. Or, more generally: materialism must recognize the existence of representations in order for it to be able to deny them at the next step. This is a contradiction.” (2015 b, p.31)

O alvo de Gabriel é o reducionismo fisicalista ou um fisicalismo de identidade, como Lalonde (2015) na sua resenha de *Fields of Sense* (2015) também observa, mas estão longe de ser os únicos possíveis e uma consulta à enciclopédia Standford (Stoljar, 2024) teria ajudado; vejamos os tipos que diferem do de identidade: a) fisicalismo de superveniência; b) fisicalismo de fundamento; c) fisicalismo de propriedades/tipos; d) fisicalismo de particulares/tokens; e) fisicalismo de realização; f) fisicalismo de grounding. Stoljar mostra que o fisicalismo não reducionista é a abordagem hoje dominante, posição que sustentaria que, embora tudo seja físico (ou supervenha/seja realizado pelo físico), as propriedades e leis das ciências especiais (como biologia ou psicologia) não são redutíveis às propriedades e leis da física.

Outro argumento que Gabriel levanta contra o naturalismo está em rejeitar

sua cientificidade:

O naturalismo de uso comercial nem é uma legítima disciplina científica nem sequer um enquadramento metodológico no qual as ciências naturais e as tecnociências operam. Tanto como metafísica quanto como teoria das ciências ele paira entre o *non sequitur* e plausibilização indirecta por referência à autoridade da ciência, da modernidade, da técnica e do Iluminismo. [...] Alguns defendem também uma imagem normativa do mundo, que aponta para o facto de que toda a prática epistemológica é orientada por normas constitutivas, que transcendem sempre cada conhecimento particular. O estatuto dos ditames das ciências naturais seria normativo e não descritivo, o que justificaria a sua extrema universalidade e já não comportaria nenhuma conclusão sobre um naturalismo metafísico. O ponto decisivo, contudo, é que não se precisa de uma imagem do mundo para se ser realista, isto é, para salvaguardar que as nossas convicções capazes de verdade sejam suficientemente objectivas para serem orientadas por uma norma genuína da verdade. (2016, p.12)

Gabriel alega que o naturalismo não é, ele mesmo, uma disciplina científica, nem sequer um enquadramento metodológico intrínseco às ciências. Em vez disso, é uma metafísica que se apoia ilegitimamente na autoridade da ciência. A inferência central que o naturalista supostamente faz é: a) as ciências naturais são epistemologicamente bem-sucedidas; b) Portanto, a ontologia (supostamente) implícita nas ciências naturais é tudo o que existe. Para Gabriel, esta inferência é um *non sequitur*: o sucesso metodológico de um conjunto de práticas (ciência) não implica logicamente uma tese metafísica sobre a totalidade da realidade. Ele vê o naturalismo como um parasita filosófico que se alimenta do prestígio da ciência para vender uma imagem do mundo que a própria ciência não exige.

Para aprofundar, podemos nos valer da crítica de Cárdenas-Castañeda de que o naturalismo pode significar bem menos do que Gabriel está colocando em jogo, sendo uma tese sobre o que pode ser conhecido:

Gabriel yerra el tiro, ya que la tesis que se desprende del naturalismo ontológico o metafísico hace alusión a todos los objetos que existen en el mundo (en un sentido amplio) y que pueden ser susceptibles de explicaciones propias de las ciencias naturales, sociales o culturales. El punto es el siguiente, bajo esta definición de naturalismo ontológico, Gabriel se queda sin herramientas para atribuirle al naturalismo la propiedad de ser reduccionista o monista. Las únicas explicaciones que un naturalista ontológico rechaza son las explicaciones e interpretaciones sobrenaturales como las religiosas, ocultistas o esotéricas, por ejemplo (Cárdenas-Castañeda, 2023, p.164).

Assim pensado, o naturalismo ontológico é a tese de que todos os objetos existentes são suscetíveis a explicações provenientes das ciências. Aqui não há uma tendência inerentemente reducionista ou monista e não se exige que a sociologia seja reduzida à biologia ou a biologia à física, pois a única coisa que um naturalista ontológico rejeitaria seriam as explicações sobrenaturais (religiosas, ocultistas, esotéricas). Gabriel não aceita que o ser, a existência, contenha tipos,

como possível e atual, ou abstrato e concreto; mas para muitos naturalismos não é problemático falar que unicórnios existem, desde que acrescente que não do mesmo modo que o sol. Se aceitarmos a gramática de Gabriel, perguntar se o sol existe mais do que um unicórnio seria uma pergunta mal formulada, pois o sol existe no campo de sentido dos objetos espaço-temporais, acessível pela ciência natural, enquanto unicórnios existem no campo de sentido da mitologia, da ficção e da imaginação. Eles todos existem, ponto. A tentativa de hierarquizá-los, afirmando que a existência do sol é mais real ou fundamentada, é o erro metafísico de que fala Gabriel. Isso se basearia, e aqui está mais um argumento importante para ele, no erro de pensar que o ser é uma propriedade própria:

Se nos tivermos decidido pelo naturalismo, tentaremos simplificar esta lista (do que existe), colocando em alguns casos “existe” entre aspas ou defendendo, em caso extremo, que alguma coisa daquilo que listámos na realidade nem sequer existe. Mas estas manobras já pressupõem uma *imagem do mundo* a que poderíamos entregar-nos no contexto da ontologia através de um pensamento inicialmente plausível, mas que depois cairia para o modo non sequitur. Este pensamento parte de um argumento muito simples a que eu chamo o *motivo ontológico*. Este surge esquematicamente da seguinte maneira: (P1) Existência é uma qualidade: alguma coisa existe, outra coisa não existe. (P2) Existência *não* é uma qualidade própria. (P3) Todas as qualidades são ou qualidades próprias, ou metafísicas ou ontológicas. (C) Portanto, existência é ou uma qualidade metafísica ou uma qualidade (onto) lógica. (Gabriel, 2016, p.13)

Na linha kantiana e fregiana, Gabriel entende que um predicado real é aquele que se soma ao conceito de uma coisa, expandindo sua definição: dizer *Deus é onipotente* adiciona a onipotência ao conceito de Deus; mas dizer *Deus existe* não adiciona uma nova propriedade ao conceito de Deus. Gabriel se apropria dessa tese lógica para fundamentar sua ontologia plana e unívoca: se ser ou existir não é uma propriedade que os objetos possam ter em maior ou menor grau, ou de diferentes maneiras (por exemplo, concreta, abstrata), então a base para qualquer hierarquia ontológica desmorona. Mas Gabriel comete um erro ao inferir que: porque a existência não é um predicado de primeira ordem (insight kantiano-fregeano válido), então não há hierarquias ontológicas legítimas; e da natureza lógico-formal da existência não se segue a inexistência de distinções ontológicas substantivas. Além disso, Gabriel deveria demonstrar por que sua ontologia plana oferece maior poder explicativo que alternativas hierárquicas, não meramente consistência lógica interna. A tese kantiano-fregeana opera no nível da análise lógico-semântica dos juízos existenciais. Gabriel a transplanta ilegitimamente para o nível da arquitetura ontológica fundamental. Essa transposição categorial equivale a inferir, da observação de que vermelho e azul são igualmente predicados de cor, que não há diferenças cromáticas substantivas. A análise lógico-semântica do verbo existir pode proibir de falar de maneira ingênua, como se ser concreto e ser abstrato fossem duas cores que um objeto pudesse ter. No entanto, ela não proíbe a construção de uma teoria metafísica sobre relações de dependência, fundamentação, emergência ou constituição.

Gabriel atribui falsamente ao naturalista um compromisso com reducionismo, e mesmo ao materialismo uma tendência ao nominalismo (2015, p.63), com basicamente negar ser a diversos objetos intencionais como números, Harry Potter ou desejo; mas um naturalista sofisticado não diria que o Sol tem mais ser, ele diria: a distinção entre o Sol e um unicórnio não é sobre uma ‘propriedade de ser’, é sobre relações de fundamentação e causalidade. Daí quando naturalistas usam vocabulário que parece sugerir uma diferença de tipo de ser isso pode ser lido como mais metafórico.

Além disso, seria possível falar em hierarquias ontológicas sem falar em tipos diferentes de ser - emergentistas argumentam que diferentes níveis ontológicos não implicam diferentes modos de existir, mas diferentes graus de complexidade organizacional com poderes causais correspondentemente diferenciados⁵. Ou seja, seria possível conceder o ponto lógico de que ser não é uma propriedade, mas argumentar que as distinções ontológicas (os diferentes tipos de ser) não residem no predicado ser, mas na estrutura, modo e domínio de instanciação dos conceitos. Mesmo nos marcos da ontologia de Gabriel seria possível pensar uma relação entre esses campos, pois ele ignora que a não-redução não implica não-influência. Gabriel, mesmo em obras posteriores (2017) tem dificuldade de explicar por que uma alteração sináptica modula a libido, ou porque traumas psicológicos alteram circuitos neurológicos, ou ainda, por que códigos culturais afetam imunidade via estresse crônico; ou porque uma bala na cabeça interrompe o processo de imaginação de unicórnios num indivíduo.⁶

Talvez o fisicalismo de grounding, Schaffer (2009), que seja afetado por essa crítica, já que distingue em ser fundamental e ser derivado (mas ainda

5 Bunge, M. (1973), por exemplo, diz que o materialismo se compromete com a afirmação de que o mundo tem uma estrutura material com níveis múltiplos, cada um com seu nível próprio de complexidade, organização, propriedades e leis; ou seja, reconhece a variedade qualitativa do mundo mas enfatiza que os níveis se relacionam; enfatiza mudança sem se comprometer com nenhum padrão universal da mudança, mas deixa para a ciência o papel de descobrir as leis da mudança. Ele assume que o materialismo não é indispensável para a ciência ainda que jogue um bom papel ao inspirar pesquisas

6 Aqui temos um bom exemplo desse ponto: “it is perfectly intelligible and coherent to think of the universe as not containing human action, but only subject-less processes of some kind. Yet, this does not as such tell us anything about the grounding or, as it were, the ungrounding of the objectively existing indeterminacy of human action as long as we do not accept that there is exactly one world that is identical with the universe thus described.” (2015, p.104). Gabriel estabelece uma muralha conceitual entre o universo de processos sem sujeito (a esfera físico-biológica) e a indeterminação da ação humana (a esfera psicológica/social), utilizando sua tese da não-existência do mundo como alibi. Ao negar que haja um mundo único que integre ambos os domínios, ele se permite tratá-los como ontologicamente independentes. É precisamente essa manobra que o leva a ignorar um ponto crucial: que a não-redução não implica não-influência ou não-determinação..

seria possível dizer que os diferentes tipos de ser são uma maneira informal de se referir a posições distintas dentro de uma estrutura ontológica). Mas para nosso propósito basta demonstrar que é possível um fisicalismo que não caia na crítica de Gabriel, como o de Bunge, M. (2003) que pensa a hierarquia não entre tipos de ser, mas de complexidade organizacional e nomológica (leis); de modo que uma célula e um elétron existem no mesmo sentido lógico (são entidades materiais no espaço-tempo), mas pertencem a níveis de integração ontológica radicalmente diferentes, com poderes causais distintos; e o fisicalismo de superveniência e realização de Kim, J. (1993) para o qual não se diz que a mente tem menos ser que o cérebro; diz-se que a instanciação das propriedades mentais é metafisicamente dependente da instanciação das propriedades cerebrais.

Outra crítica ainda poderia ser feita à tese de Gabriel de que o naturalismo não se segue da ciência. Cárdenas-Castañeda (2023) argumenta, em linha crítica, que essa posição de Gabriel está confundindo dois tipos de naturalismo, o metodológico (compromisso metafísico de que a realidade se esgota na natureza, um domínio de objetos existentes *per se* e governado por regularidades) e o epistemológico (o conhecimento que privilegia a ciência natural como o melhor método para interpretar o funcionamento dessa realidade natural). Cárdenas-Castañeda afirma que Gabriel opera transições inferenciais da forma: premissa 1: o naturalismo N_1 (ontológico) possui propriedade P (unidade causal ontológica); premissa 2: o naturalismo N_2 (quineano) possui propriedade Q (eliminativismo epistemológico), conclusão: logo, críticas a Q constituem refutações de P. Seria uma falácia.

Podemos concordar com isso, mas devemos defender Gabriel do crítico concedendo que ele aceitaria o naturalismo metodológico mesmo contra a suposição de Cárdenas-Castañeda de que ser um realista epistemológico ou metodológico implica em ser um ontológico. O autor entende ainda, que se seguiria uma incapacidade de Gabriel distinguir uma teoria válida de uma inválida, pois não existem critérios trans-contextuais para adjudicação racional entre posições rivais, o que levaria Gabriel a um obscurantismo ou mesmo negacionismo científico. A crítica gabrieliana do naturalismo tornaria-se conceitualmente incoerente porque pressuporia critérios objetivos de avaliação argumentativa que sua própria ontologia fragmentada poderia tornar impossíveis. Mas o Cárdenas-Castañeda erra - o argumento imputa a Gabriel uma suposta equiparação entre teorias científicas válidas e construções fraudulentas; da premissa de que diferentes domínios possuem seus próprios campos de sentido, não se segue que todos gozem de idêntico estatuto epistêmico. Por exemplo, Gabriel (2015) diria que o flogisto foi demonstrado não existir no campo de sentido da física (a combustão não libera uma substância (flogisto), mas consome uma (oxigênio), resultando em um aumento de massa do sistema); mas ele existe ao menos no campo das teorias já elaboradas (dentro das regras constitutivas deste campo, a hipótese do flogisto foi falsificada). Portanto, a proposição *o flogisto existe [como uma substância física]* é falsa. Não obstante o flogisto não apenas existe, como é uma entidade central, robusta e indispensável para a compreensão da química do século XVIII. Um historiador da ciência que negasse a existência

do conceito de flogisto estaria cometendo um erro factual. “The question is never simply whether something exists but always where something exists. For everything that exists, exists somewhere – even if it is only in our imagination. Again, the one exception is the world. This we cannot imagine at all.” (Gabriel, 2015b, p.13 - p.14). Mais um exemplo:

A não-existência de bruxas significa então que não existem bruxas num determinado sentido, no sentido em que se pode supô-las na Noruega ou no Blocksberg [...] A verdade é neste caso tão transcategorialmente universal como a existência. Todas as frases verdadeiras são verdadeiras no mesmo sentido, nomeadamente no sentido minimalista, pois dizem primeiramente o que é o caso, em segundo lugar apresentam uma adequada forma lógica para corresponder à área objectual com que se relacionam, e em terceiro lugar não são apenas verdadeiras porque alguém as julga como verdadeiras (Gabriel, 2016 p.20)⁷

Mas a solução de Gabriel não deixa de ser problemática, algo notado por Priest (2022): a teoria da não-existência de Gabriel, como interpretada, postula que juízos sobre não existir significam na realidade existência em outro campo, o que implicaria que, em princípio, tudo pode existir (em algum campo), exceto o mundo como a totalidade de todos os campos; o que Priest considera uma exclusão *ad hoc* e metodologicamente problemática. Além disso, Gabriel afirma (2015, p.95) que o significado de um termo de tipo natural como *água* é determinado pelo conjunto de descrições que nos permitem identificá-lo e nos referirmos a ele, que vão além de H_2O , mas aqui ele pode estar confundindo a identidade metafísica com as propriedades fenomenais e de acesso epistêmico. Isso pode ter as consequências obscurantistas que Cárdenas-Castañeda teme, pois se a identidade da água não pode ser fixada pela química, a ciência em geral também enfrentará problemas em se referir. Contra Gabriel, seria possível reivindicar que a proposição água é H_2O não requer exclusão dos modos diversos de fixação da referência, mas sim sua subordinação à constituição real da substância. Além disso, Gabriel teria bastante dificuldade para falar do fato de que Clark Kent é o superman, ou seja, uma unidade de referência sob pluralidade de sentido. A solução para ele seria afirmar que *Clark Kent é Superman* é verdadeiro no campo de sentido da narrativa do universo *DC Comics*, onde essa identidade é estipulada por convenção ficcional. Mas isso desloca a questão da identidade do nível ontológico para o pragmático ou institucional e impede que

7 *Para Gabriel a verdade existe independente do sujeito, quer a compreendamos ou não. A ciência tem um papel fundamental em descobrir a verdade em certos campos de sentido, mas não em todos: “Muitos dos factos existentes teriam além disso também existido, mesmo que nunca alguém tivesse formado uma opinião a seu respeito. Designamos estes factos como factos maximamente modais e robustos. Quer-se ser realista, porque existem factos maximamente modais e robustos. O realismo é o nome geral pelo qual se demonstra respeito pelos factos maximamente modais e robustos. [...] é a tese fundamental do realismo neutral” (Gabriel, 2016, p.8)*

se pense a persistência de uma identidade *em si*, fora do campo narrativo.

Contra Gabriel, Cárdenas-Castañeda (2023) afirma que o naturalismo é metafísico e necessário para a ciência, mais do que ser algo que seria consequência dos métodos ou dos resultados científicos. Ele se baseia no naturalismo ontológico de Mahner (2012), para o qual o que está em jogo é um compromisso com o critério segundo o qual qualquer regularidade observada participa da mesma malha (que não é estabelecido por indução pura, mas por exclusão normativa: negar supernaturezas implica assumir a unidade do território causal), a natureza, para a qual a imagem científica é a nossa melhor tentativa epistêmica de mapear. O naturalismo mahneriano não reifica a imagem; ele postula a existência do território. A crítica de Gabriel, ao postular múltiplos campos de sentido ontologicamente primitivos, nega a existência de um território unificado, sem demonstrar suficientemente; pois recorre a argumentos intuitivos, como a distinção entre leis da criação artística em Fausto e as leis da física. Confunde limites epistemológicos (o que a física explora metodologicamente) com limites ontológicos (o que há no mundo). O fato de um físico não investigar Goethe ou uma sala de estar não mostra que tais entidades não se amoldem aos mesmos critérios de existência física

Assim, a disputa é, e sempre foi, ontológica, não meramente epistêmica ou hermenêutica. Conforme Cárdenas-Castañeda e Mahner o naturalismo não ignora as condições de possibilidade da experiência (que para Gabriel são os campos de sentido aos quais até a ciência está submetida), ele as naturaliza. O projeto gabrieliano, ao contrário, des-historiciza e des-naturaliza essas condições, tratando-as como estruturas a-históricas. Mas claro que, o processo inverso de explicar como capacidades cognitivas emergiram evolutivamente não dissolve questões concernentes às condições normativas de validade que estruturam a própria possibilidade de conhecimento objetivo; isto é, o naturalismo pode enfrentar certa circularidade em sua justificação (pressupõe normas para validar o próprio procedimento que as naturaliza), que não é nosso objeto aqui. Em todo caso, é possível argumentar, como os autores fazem, que o naturalismo é necessário para a atividade científica, sendo necessário de antemão negar qualquer reino onde residam valores ou leis ahistóricas.

Gabriel parece usar a lógica como metateoria o que já contradiz seu entendimento de que a necessidade e possibilidade são internas a um campo de sentido (2015, p.281); ele poderia tentar construir uma narrativa de que evoluímos como animais para apreender cognitivamente os campos de sentido, mas isso seria nos subordinar ao naturalismo e ele não poderia aceitar. Sua prova funciona estabelecendo que certas configurações ontológicas são logicamente impossíveis, o que sugere que a lógica possui um status regulativo sobre as condições de possibilidade do ser. Gabriel entende que nem tudo que existe, existe de maneira determinada, mas simultaneamente sua prova da inexistência do mundo depende de determinações lógicas precisas e universalmente válidas. Se os campos de sentido fossem realmente irreduzíveis e não subordinados a princípios lógicos universais, como Gabriel afirma, então não haveria base para sua argumentação transcender campos específicos. Mas o que dá à sua teoria

o privilégio de falar que falta ao naturalismo? Como aconteceu que tudo que aparece para nós existe? Porque isso deveria ser um fato primordial e até mesmo inexplicável? Não encontramos boas respostas no autor.

CONCLUSÃO

Para os fins deste trabalho, bastou demonstrar alguns problemas nos argumentos sobre a inexistência do mundo e do naturalismo. Basta mostrar que há possibilidades de contra argumentos que Gabriel não considerou e linhas de naturalismo que ele não levou em conta para pôr em dúvida a validade de suas críticas. Não acredito ser preciso demonstrar exaustivamente a validade de uma teoria alternativa completa. O argumento de Gabriel é uma alegação universal negativa forte, sustentada por um argumento principal: um (suposto) paradoxo de auto-referência. Este tipo de argumento, que se apresenta como uma prova por contradição (*reductio ad absurdum*), só é válido se a contradição for inevitável e inescapável. Para que a sua conclusão (o mundo não existe) se sustente, ele tem o ônus de provar que toda e qualquer concepção de mundo como totalidade leva necessariamente à contradição que ele descreve. Ele precisa mostrar que não há saídas lógicas. Vimos que a premissa (pensar a totalidade) não determina uma única conclusão (a sua não-existência).

Além disso, mostramos que Gabriel constrói uma versão simplificada do naturalismo (como um monismo reducionista que exige que a física explique o conteúdo de Fausto) e do fisicalismo (como uma teoria da identidade de tipos estrita). Ao derrubar essa versão simplificada, ele clama vitória sobre toda a tradição. Também vimos que a transposição que Gabriel faz da tese lógico-semântica de que existência não é um predicado para a conclusão ontológica de que não há hierarquias na realidade é um *non sequitur*. É bastante coerente aceitar o insight kantiano-fregeano e, ainda assim, defender uma ontologia estratificada onde os níveis se distinguem por sua complexidade organizacional e seus poderes causais emergentes, sem implicar diferentes modos de ser.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Introdução à dialética*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BUNGE, M. *How do Realism, Materialism and Dialectics fare in Contemporary Science?* In: *Method, Model and Matter*. Synthese Library, v. 44. Dordrecht: Springer, 1973. DOI: 10.1007/978-94-010-2519-5_10.
- BUNGE, M. *Emergence and Convergence: Qualitative Novelty and the Unity of Knowledge*. Toronto: University of Toronto Press, 2003.
- CÁRDENASCATAÑEDA, L. El naturalismo como critério de demarcação: objecções ao “novo realismo” de Markus Gabriel. *Cinta de Moebio*, n. 78, p. 159–168, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0717-554X2023000300159>. Acesso em: 8 jun. 2025.
- GABRIEL, M. *Fields of Sense: A New Realist Ontology*. Edinburgh University Press. Cheshire. 2015.
- GABRIEL, M. *Why the World Does Not Exist*. Polity Press. 2015b.

- GABRIEL, M.** Por um realismo não naturalista. *Philosophica: International Journal for the History of Philosophy*, v. 24, n. 48, p. 9–30, 2016.
- GABRIEL, M.** *I Am Not a Brain: Philosophy of Mind for the 21st Century*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- HEGEL, G. W. F.** *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Vozes, 2014.
- KIM, J.** *Supervenience and Mind: Selected Philosophical Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LALONDE, J.** Review of *Fields of Sense: A New Realist Ontology*, by Markus Gabriel. Canadian Society for Continental Philosophy, 25 ago. 2015. Disponível em: <https://c-scp.org/2015/08/25/markus-gabriel-fields-of-sense>. Acesso em: 8 jun. 2025.
- MAHNER, M.** The Role of Metaphysical Naturalism in Science. *Science & Education*, v. 21, n. 10, p. 1437–1459, 2012.
- MILLIKAN, R. G.** Biosemantics. *Journal of Philosophy*, v. 86, n. 6, p. 281–297, 1989.
- PRIEST, G.; GABRIEL, M.** *Everything and Nothing*. Cambridge: Polity Press, 2022. ISBN 9781509537471.
- SCHAFFER, J.** On What Grounds What. In: CHALMERS, D.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (eds.) *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 347–383.
- STOLJAR, D.** Physicalism. In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2024 Edition): Stanford University, 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2024/entries/physicalism/>. Acesso em: 8 jun. 2025.
- ZERMELO, E.** Untersuchungen über die Grundlagen der Mengenlehre I. *Mathematische Annalen*, v. 65, n. 2, p. 261–281, 1908.
- ŽIŽEK, S.** *Menos que Nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.